

SERGIPE

o medo venceu a esperança

Eliano Sérgio Azevedo Lopes¹

RESUMO

Neste artigo apresenta-se os resultados da eleições 2002 em Sergipe, ressaltando os principais fatos ocorridos durante a campanha, as coligações partidárias construídas em obediência à “verticalização das eleições” determinada pela Justiça Eleitoral, de forma extemporânea, e os votos dos sergipanos para Presidente da República, Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa. O governo do estado, mais uma vez, ficou na mão da direita, embora a presença de um candidato da esquerda no segundo turno, disputando com chances de vitória o cargo, constitui um fato político extremamente importante na história recente de Sergipe.

Palavras-chave: Eleições, Partidos Políticos

ABSTRACT

This article presents the 2002 election results of Sergipe, emphasizing the main facts that occurred during the campaign, the supporting coalitions built in obedience to the “verticalization of the elections” as determined by the Electoral Courts in an extemporaneous form, and the votes of the residents of Sergipe for President, the Senate, the House, and State legislature offices. The state government, once again, went to the political right, although a left leaning candidate did make a presence in the run-off elections, with a real chance at winning, which constitutes an extremely important political fact in the recent history of Sergipe.

Key-Word: Elections, Political Parties

¹ Professor Doutor da Universidade Federal de Sergipe - UFS

INTRODUÇÃO

Parece uma sina: passados quase 20 anos do fim da ditadura militar, e após seis eleições diretas para governador, Sergipe continua sendo o único estado brasileiro em que não houve alternância de poder. O PFL venceu as eleições de 1982, 1986, 1990 e 2002, tendo ainda contribuído para a vitória do PSDB, em 1994. Quatro anos depois, às vésperas da eleição, foi descartado pelo governador Albano Franco, do PSDB, reeleito em 1998.

Segundo Dantas (2002), depois da oportunidade perdida em 1994 e do aprofundamento das divisões de 1996, os grupos oposicionistas não conseguiram reconstruir um bloco de forças com um mínimo de unidade capaz de conquistar a preferência da maioria do eleitorado sergipano. Resultado: voltaram a perder as eleições em 2002.

As forças políticas de direita², representadas por uma oligarquia que vem se sucedendo no controle tanto do executivo como do legislativo estaduais, continuam numa trajetória cujos sintomas de mudança no quadro político-eleitoral e no poder local, a curto prazo, não apontam para a reversão do mesmo.

De um lado, por força dos votos dos “grotões”, controlados com mão de ferro por chefes políticos e/ou prefeitos municipais, seja através de coerção pura e simples ou de práticas clientelistas, e onde está concentrada a maioria do eleitorado do estado. Logo, os votos da capital, Aracaju, majoritariamente oposicionistas, são insuficientes para contrabalançar os votos do interior que, em última instância, têm sido o fiel da balança nas eleições para governador. O mesmo ocorre no legislativo estadual, cujos “colégios eleitorais” têm donos, e são loteados entre aqueles que irão representar os interesses do poder local.

² Os termos esquerda e direita, são aqui utilizados para designar as agremiações partidárias existentes no Brasil que têm posições diferentes no que diz respeito a princípios e ações programáticas. As chamadas esquerdas congregam as diversas facções ou correntes políticas comunistas, trabalhistas e socialistas em oposição aos conservadores ou partidos de direita. (Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001).

De outro lado, os chamados partidos de esquerda (PT, PC do B e PCB) e de centro-esquerda³ (PDT, PPS e PSB), em Sergipe, não conseguem manter uma aliança duradoura. A cada eleição, um ou mais desses partidos acabam por fazer coligações com a direita, colocando suas conveniências, naquele momento, acima de princípios e objetivos minimamente construídos com forças partidárias afins, mais democráticas e sensíveis ao atendimento das demandas da maioria da população. O que significa não apenas a migração de votos para os candidatos da direita, mas, sobretudo, o descrédito do eleitor nos partidos e nos políticos, não vendo diferenças ideológicas e programáticas entre eles; dificultando, assim, maiores avanços na conquista do eleitorado.

A vitória de João Alves nas eleições de 2002, retornando ao Palácio Olímpio Campos pela terceira vez, mostra que o poder político em Sergipe continua nas mãos do “establishment”. O fato de se apresentar para a população como um “político reciclado”, que “deseja ser lembrado não pelo que fez nas duas vezes anteriores em que governou o estado, mas pelo que irá fazer agora”, não invalida a constatação de uma linha de continuidade no exercício do poder estadual, nos mesmos moldes dos seus antecessores. A escolha de sua equipe de governo sustenta essa afirmação: seus principais auxiliares diretos são, com raras exceções, remanescentes dos dois períodos em que ele governou o estado (1982/1986 e 1990/1994) e que voltam com ele ao executivo nessa nova quadra.

Apesar de tudo, pela primeira vez um candidato de esquerda, o ex-senador Eduardo Dutra (PT), chegou ao segundo turno das eleições, derrotando, entre outros, o candidato apoiado pelo governador Albano Franco, ex-aliado de João Alves por muitos anos, e agora seu adversário político. Essa é a grande novidade que emergiu das urnas e não pode ser ignorada.

³ A exclusão do PSDB da lista dos partidos de centro-esquerda de Sergipe, deve-se ao fato de que o mesmo congrega as forças políticas conservadoras ou de direita, a começar de sua principal liderança, o ex-governador Albano Franco, membro de tradicional oligarquia que domina a política sergipana a várias décadas.

Se levarmos em conta que o PT está à frente da prefeitura de Aracaju desde 2000, e detém o controle do governo federal desde janeiro de 2003, o potencial de crescimento do partido e seus aliados não pode ser ignorado ou minimizando. Futuros embates entre uma oposição mais à esquerda e o conservadorismo ou “populismo de direita” parecem estar reservados para os próximos pleitos, deslocando para segundo plano uma possível disputa entre dois candidatos do “stablishment”.

Tomando de empréstimo os conceitos formulados por Singer (2000), poderíamos dizer que João Alves, representava o que se poderia chamar de direita populista, José Eduardo, uma candidatura de esquerda, e Francisco Rollemberg, um legítimo representante da direita clássica. Segundo aquele autor, a direita populista é considerada como aquela que prega mudanças e, nesse sentido, não é conservadora (como a direita clássica), sendo o seu discurso favorável às transformações sociais, porém desde que feitas de cima para baixo, sem risco de instabilidade social. O contrário, portanto, da esquerda, que prega uma mudança participativa, de baixo para cima, ainda que sob o risco de instabilidade (Singer, 2000).

Neste artigo, pretendemos tecer algumas considerações sobre os resultados das eleições de 2002 em Sergipe, destacando fatos e acontecimentos que, ao longo do período eleitoral, foram dando configuração ao cenário político local, com o lançamento dos candidatos, a formação das alianças, os apoios recebidos pelos partidos e o desenvolvimento das campanhas no primeiro e segundo turnos.

O foco da análise recairá sobre a disputa pelo governo estadual e os resultados confirmados pelas urnas, no entanto, também procuraremos mostrar qual foi o comportamento do eleitorado sergipano nas votações para Presidente da República, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais.

Sempre que necessária, serão feitas comparações com os resultados das eleições de 1998, no intuito de tornar mais rico e ilustrativo os comentários e análises contidos no presente artigo. Isto, sem esquecer que as eleições, como bem o coloca o cientista político Jairo Nicolau, do IUPERJ, “sempre geram diferentes versões e interpretações acerca de seus resultados” (Nicolau, 2000), sendo, portanto, normais, as contravérsias sobre o tema, haja vista os diferentes olhares com que o tema é tratado pelo pesquisador.

1- A CAMPANHA ELEITORAL: MARCHAS E CONTRA-MARCHAS

Depois do turbilhão causado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, obrigando a que os partidos políticos se enquadrassem no que ficou conhecido como verticalização das eleições, os preparativos para as eleições de outubro de 2002 em Sergipe implicaram numa situação nunca vista anteriormente.

As siglas partidárias existentes no estado, se já não primavam pelo mínimo de coerência política – obedecendo os princípios e programas que moldaram a sua constituição -, com a medida tomada pelo TSE, transformaram-se numa geléia geral, fazendo coligações e alianças com Deus e o diabo. Isto, não apenas os partidos de direita mas, inclusive, os de esquerda, como o PT, e os de centro-esquerda, PDT e PPS, para ficar apenas nesses.

Em 2002, foram constituídas as seguintes coligações, tanto para as eleições majoritárias como para as proporcionais: 1) “Muda Sergipe”, tendo como cabeça de chapa o candidato do PT, e integrada pelo PC do B, PCB, PSB, PMN (Partido da Mobilização Nacional) e PL; 2) “Sergipe na Frente”, tendo o PFL na liderança e encabeçando a chapa ao governo estadual, contando com o apoio do PDT, PPS, PPB, PST, PHS (Partido Humanista Social), PSD e PT do B (Partido Trabalhista do Brasil); e 3) “Prá Frente é que se Anda”, governista, liderada pelo PSDB, mas tendo como candidato ao executivo estadual um político do PTN, contando ainda com o PMDB e o PV. Somente para as eleições proporcionais, foram constituídas as coligações “Aliança por Sergipe”, formada pelo PTC (Partido Trabalhista Cristão) e PSB, e “Quem sabe Faz”, tendo como integrantes o PTB, PSC e PRTB (Partido Republicano Trabalhista Brasileiro).

Além dos candidatos das coligações referidas, mais quatro partidos lançaram candidatos ao executivo estadual, porém sem chance alguma de vitória. Foram eles: o PAN (Partido dos Aposentados da Nação), PRP (Partido Republicano Progressista), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) e PGT (Partido Geral dos Trabalhadores).

Enquanto no plano nacional a disputa colocava em confronto três candidatos oposicionistas, ambos integrantes de partidos de esquerda e centro-esquerda – Lula, do PT, Ciro Gomes, do PPS, e Antony Garoti-

nho, do PSB – contra o candidato governista José Serra, do PSDB, em Sergipe acabariam por bater chapa, com chances de vitória, dois candidatos de direita – o ex-governador João Alves, do PFL, e o ex-senador Francisco Rollemberg, do PMN – candidato do governador Albano Franco, do PSDB – e um representante legítimo da esquerda, o senador José Eduardo Dutra, do PT. No caso de João Alves, tratava-se de uma oposição circunstancial, posto que o mesmo construiu sua carreira política sempre ao lado do governo, e da família Franco.

A confusão criada pelo então governador de Sergipe, Albano Franco (PSDB), estimulando as pré-candidaturas do vice-governador Benedito Figueiredo (PMDB) e, depois, do deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, Bosco Costa (PSDB), ambos defenestrados pelo governador no decorrer da campanha, resultou num completo fracasso eleitoral da candidatura governista. O candidato finalmente escolhido pelo governador, o ex-senador Francisco Rollemberg (PTN), foi fragorosamente derrotado, ainda no primeiro turno.

Longe da política havia mais de oito anos, o velho ex-senador não conseguiu convencer o eleitorado de ser a melhor opção entre os demais candidatos, mercê suas qualidades de médico caridoso, com serviços prestados principalmente aos segmentos mais pobres da população sergipana. A sua pífia atuação durante a Constituinte, votando sempre contra os interesses do povo, se ausentando de votações importantes ou se abstendo de votar em projetos de interesse da maioria da população, a exemplo da reforma agrária, foram trazidos ao conhecimento público e influíram de forma negativa na sua campanha. Os mais jovens, então, nem sabiam de quem se tratava.

Acresce-se a isso, o fato de que se trata de um político reconhecidamente vinculado ao conservadorismo de extração mais à direita, justamente aquele cujos membros vêm perdendo força e terreno no cenário político nacional desde a queda da ditadura militar, em meados dos anos 80 do século passado. Para virar o jogo a seu favor, o governo estadual teria que usar intensiva e desbragadamente a máquina, porém, não tinha como fazê-lo, ao contrário do que aconteceu nas eleições de 1998, quando usou recursos obtidos com a venda da empresa estadual de energia elétrica, a Energipe, para aliciar prefeitos e chefes políticos do interior, e cabos eleitorais na capital.

Por sua vez, a candidatura do ex-senador Eduardo Dutra, que se apresentava como uma alternativa real de mudança no controle do poder estadual, enfrentava muitos problemas. Em primeiro lugar, além de ter que lutar contra um bairrismo tosco e provinciano de grande parte da sociedade sergipana, que buscava desqualificá-lo como postulante ao governo do estado sob o argumento de que era um “forasteiro”, pois não havia nascido em Sergipe, trazia como marca pessoal uma total falta de empatia e era visto pela maioria dos eleitores – inclusive do próprio PT –, como uma pessoa arrogante e grosseira.



Pichação nos muros de Aracaju, contra o candidato do PT

Dessa forma, os seus predicados como político sério, competente, combativo e hábil negociador, e que eram reconhecidos por seus companheiros e adversários, pelos segmentos de maior nível de instrução e pelos formadores de opinião, acabavam por ser eclipsados pela imagem que dele tinham os eleitores, principalmente os residentes no interior. Justamente, aqueles que decidem as eleições no estado, haja vista constituírem a expressiva maioria do colégio eleitoral. De acordo com dados do TRE/SE, do total de eleitores aptos a votar em 2002, 72,9% residiam fora da capital, e, entre os que declararam o nível de instrução (pouco mais de um milhão), 74,5% não tinham sequer o primeiro grau completo (destes, 51,5% eram analfabetos ou mal sabiam ler e escrever).

Enquanto isso, o ex-governador João Alves investia de todas as formas na consolidação de sua candidatura, seja reforçando sua base eleitoral no semi-árido, seja refazendo antigas alianças com prefeitos daquela e de outras regiões que, nas eleições passadas (1998), o haviam abandonado em troca das verbas do governo estadual, prometidas pelo então governador Albano Franco, que concorria à reeleição, como seu principal adversário.

Diferentemente do que aconteceu em 1998, quando apenas um prefeito permaneceu ao seu lado⁴, nas eleições de 2002, João Alves recebeu o apoio da maioria dos prefeitos municipais, entre eles, pelo menos 16 dos 28 prefeitos reeleitos em 2000, muitos dos quais, ex-pefelistas que haviam saído do PFL e ido para o PSDB ou outros partidos aliados do governo da época.⁵

Ao final do campanha, dos sete candidatos ao executivo estadual, acabaram ficando no páreo os candidatos João Alves (PFL), da Coligação “Sergipe Pró Frente”, José Eduardo Dutra (PT), da Coligação “Muda Sergipe”, e Francisco Rollemberg (PTN), da Coligação “Prá Frente é que se Anda”, considerados como os candidatos mais fortes e os únicos com possibilidades reais de vencer as eleições para o executivo estadual. Os outros quatro candidatos, integrantes de partidos minúsculos, (PSTU, PGT, PRP e PAN), com baixíssima densidade eleitoral e sem o suporte dado pelas coligações, apenas marcaram presença no pleito.

Contados os votos, os candidatos João Alves (PFL) e José Eduardo (PT) foram para a disputa em segundo turno, no dia 27 de outubro de 2002.



Os principais candidatos ao governo de Sergipe

⁴ Em 1998 o PFL perdeu 13 de seus 14 prefeitos, que preferiram ficar do lado do governo estadual, após o seu rompimento com o PSDB. No segundo turno, apenas os prefeitos de Ribeirópolis e Capela, permaneceram leais ao candidato do PFL.

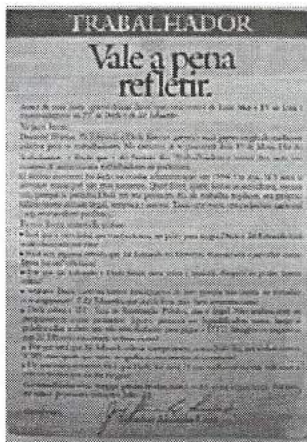
⁵ Segundo o jornal Cinform, dos 46 prefeitos que assinaram, em abril de 2002, um abaixo-assinado pedindo que o governador Albano Franco permanecesse no cargo e indicasse um candidato às eleições daquele ano, 35 deles, ainda durante a campanha mudaram de lado, vindo apoiar o candidato do candidato do PFL (Cinform, 06 a 12 de janeiro de 2003). Entre eles, o prefeito de Nossa Senhora do Socorro, parente do ex-governador Albano Franco, e o prefeito de Itaporanga D'Ajuda, município que, excluindo a capital, Aracaju, mais recebeu verbas do governo estadual.

Ressalte-se que, se no primeiro turno, a campanha foi conduzida pelos partidos de uma forma que poderia ser considerada dentro dos padrões normais da ética, no segundo, assistiu-se a um festival de “bairxarias”; entre elas, uma campanha sórdida, erguida com base na intromissão da vida pessoal e familiar do candidato do PT e do fato de o mesmo não ter nascido em Sergipe. Em outras palavras, a xenofobia e o desrespeito à honra pessoal dos candidatos marcaram o horário político e a campanha nas ruas até a data de realização do segundo turno das eleições, destoando completamente do que acontecia no plano federal, na disputa pela Presidência da República.

Panfletos apócrifos ou assinados por líderes políticos da coligação de direita, atingindo a honra pessoal do candidato do PT foram utilizados com o objetivo de desqualificá-lo, além de adesivos e pichações nos muros com as frases “Fora Zé Eduardo, forasteiro”, “Sergipe vota em sergipano”, etc. O que acabou por contaminar o eleitorado - não apenas os menos esclarecidos, diga-se de passagem - numa demonstração patética de um provincianismo tosco e inaceitável, como podem ser vistos a seguir:



Exemplo de manifestação de xenofobia nos muros da cidade



Panfletos mandados publicar pelo senador eleito Almeida Lima, do PDT, aliado do governador do PFL

Um outro exemplo do baixo nível da campanha eleitoral, era um adesivo colocado em vários carros de partidários do candidato do PFL, com a seguinte frase: “A América para os americanos, Sergipe para os sergipanos”, que lembrava o tempo da ditadura militar quando, no governo Médici, de triste memória, era comum encontrar adesivos afixados nos painéis dos carros com a frase “Brasil, Ame-o ou Deixe-o”.

A criação do “Movimento 25 – João Governador”, liderado por um advogado criminalista (que acabou sendo recompensado com o cargo de Secretário de Justiça e Cidadania do atual governo) e integrado por outros profissionais liberais e jovens estudantes de Aracaju, não teria nada demais não fosse a tintura fascista que havia por trás do mesmo.

Vestidos com camiseta de cor verde, estampada nas costas a frase “Movimento 25 – João Governador”, na cor amarela, lembravam os integralistas (“camisas verdes”) de Plínio Salgado, da primeira metade do século passado. Semelhança que aparecia no comportamento e na ação de seus integrantes: ultranacionalismo, naquela época, e xenofobismo, agora.

A forma de arregimentar seguidores, entre eles, um número expressivo de jovens eleitores da classe média – muitos deles participando pela primeira vez uma eleição -, que se autodenominavam “Galera do João”, consistia em desqualificar o candidato do PT usando o epíteto de “forasteiro”, e endeusar o candidato do PFL por ser ele um legítimo sergipano, como se isso fosse fator determinante para avaliar a competência dos candidatos. Assim, o que poderia ser reconhecido como altamente louvável do ponto de vista democrático - a formação de um movimento de direita que, pela primeira vez em Aracaju, mobilizou eleitores e foi às ruas no dia da eleição pedindo votos para o seu candidato, transformou-se em uma manifestação patética e de um provincianismo que beira o ridículo.

Diante disso, perde força a afirmação do mentor e criador do “Movimento 25, João Governador”, de que este foi criado como uma “onda verde” para se contrapor à “onda vermelha (referindo-se ao PT), que tomava as ruas de Aracaju e que “veio com jeito de militância de esquerda, disposta, aguerrida e com um objetivo muito claro: barrar o

crescimento do adversário na capital e mostrar que como diz o jargão da própria esquerda Aracaju não se vende, não se rende” (Jornal Cinform, 04 a 10 de novembro de 2002). Pode até ter sido essa a intenção, porém, o que se assistiu foi uma ação condenável de intolerância e xenofobia, própria do fascismo.



Movimento de direita criado por profissionais liberais e empresários, em apoio ao candidato do PFL

Por último, vale lembrar o problema da cobrança do IPTU pela prefeitura de Aracaju, administrada pelo PT, que foi utilizada pelo candidato do PFL de maneira falsa e tendenciosa, com o objetivo de jogar o eleitorado menos informado e instruído contra o candidato daquele partido, denunciando a suposta violência que estava sendo cometida contra os mais pobres pela prefeitura, ao se apropriar dos parques bens que eles possuíam, como forma de pagamento da dívida que tinham para com o município. Tratava-se, na verdade, de ações que haviam sido levadas à Justiça contra contribuintes que havia anos não pagavam o IPTU e já estavam inscritos na dívida ativa, cabendo a esta arrolar os bens cujos valores seriam equivalentes ao valor do débito.

Do lado do PT, a estratégia da campanha apresentava falhas gritantes: ao invés de adotar a mesma postura que Lula vinha conduzindo a sua campanha no plano nacional, em Sergipe o partido preferiu responder às acusações do candidato do PFL, na mesma moeda. O que era agravado pela briga interna entre a cúpula do partido (o prefeito de Aracaju Marcelo Déda e o então senador e candidato ao governo, José Eduardo Dutra) e as tendências “Articulação pela Base” e “Opção de

Esquerda”, intensificada durante a escolha do candidato do PT ao governo e da coligação com o PL.. Sem contar a briga pessoal entre o prefeito de Aracaju e o deputado federal eleito, João Fontes, cuja troca de acusações foi parar na imprensa⁶.

Ocorre que, ficar “batendo” no candidato do PFL pouco acrescentava, em termos da conquista de novos eleitores, haja vista a base eleitoral mais forte desse candidato estar assentada nas pessoas com menor nível de instrução e mais pobres, e na parcela da classe média - funcionários públicos, pequenos empresários, profissionais liberais, etc. - cuja característica principal é a ambigüidade, agindo quase sempre de forma oportunista -, além dos ricos, tanto do interior como da capital., e estes dificilmente mudariam o seu voto, sempre marcado pelo tradicionalismo e pelo conservadorismo.

Talvez tivesse sido mais eficaz se, ainda durante o primeiro turno, capitalizasse para si os votos dos eleitores descontentes com o comportamento dos dois candidatos de direita, João Alves e Francisco Rollemberg, respectivamente, que trocavam farpas e se acusavam mutuamente no horário político. Como ambos disputavam o mesmo eleitorado, o candidato do PT poderia ter tirado vantagem disso, mostrando-se como um político mais preocupado em apresentar e defender suas propostas de governo do que entrar nesse tipo de jogo.

Por outro lado, a aliança com o PL (liderado pelo pastor Heleno, da Igreja Universal do Reino de Deus) e com o PMN (dos ex-prefeitos Jackson Barreto⁷ e João Augusto Gama), pouco estava ajudando ao can-

⁶ O jornal Correio de Sergipe, de 17/7/2002, traz duas notas públicas de solidariedade ao prefeito Marcelo Déda, manifestando repúdio às acusações feitas pelo candidato do PT à Câmara Federal, João Fontes. A primeira, assinada pelos presidentes dos partidos que integravam a Coligação “Muda Sergipe” e do PSB, e a outra, por vários candidatos da referida coligação

⁷ Principal líder das oposições em Sergipe, por muitos anos, pouco a pouco foi perdendo a confiança dos eleitores, principalmente de Aracaju, em virtude do seu comportamento político instável e personalista. A aliança que fez com o ex-governador Albano Franco, seu inimigo político fígadal, nas eleições de 1998, foi a pá de cal para o declínio político que o vem acompanhando nos últimos anos. Ter sido o terceiro deputado federal mais votado, e não o primeiro, como alardeava, dá a medida da perda do seu prestígio.

didato do PT, já que aquelas lideranças estavam muito mais preocupadas com a sua própria eleição, o que acabou acontecendo nos casos do pastor Heleno⁸ e de Jackson Barreto, ambos eleitos para a Câmara dos Deputados.

O mais grave era que nem mesmo a boa avaliação resultante das pesquisas de opinião feitas com os moradores de Aracaju, sobre a atuação do prefeito Marcelo Déda (PT), na prefeitura de Aracaju, revertia numa desejável e necessária migração de votos para o candidato do seu partido; o que era também observado nas intenções de voto do eleitorado sergipano em relação à Presidência da República⁹. Os índices de aprovação do prefeito de Aracaju e de Lula, colhidos pelas pesquisas, eram infinitamente superiores às intenções de votos no candidato do PT ao governo de Sergipe.

Para complicar ainda mais o quadro, o candidato do PFL conseguiu colar a sua candidatura à candidatura Lula. No primeiro turno, de forma velada, mas, no segundo, às claras e de forma ostensiva, chegando mesmo a mandar confeccionar e distribuir adesivo com os dizeres: “Lula, lá, João, cá”, no formato do adesivo do PT, só mudando as cores: de vermelho e branco, para verde e branco. Abertas as urnas e contados os votos, venceu o candidato do PFL, com uma expressiva margem de diferença em relação ao seu adversário.

⁸ Aliado desde a primeira hora do governador Albano Franco, chegou a exercer o cargo de Secretário de Estado da Agricultura, deixando-o somente a poucos dias do primeiro turno das eleições de 2002. Nos meios políticos, poucos acreditavam na sua conversão às propostas petistas, menos ainda no seu engajamento pessoal e de seu grupo na campanha do candidato do PT. Oportunismo político, talvez fosse esta a melhor definição para ter se bandeado do governo para a oposição. Faça-se justiça ao deputado reeleito, Joaldo Barbosa, do PL, o único que se engajou efetivamente na campanha do candidato Zé Eduardo, do PT.

⁹ Nas 11 pesquisas de opinião feitas pelo jornal Cinform, ao longo da campanha de 2002, a avaliação do governo do prefeito Marcelo Déda era vista como ótima ou boa, por mais de 60% dos eleitores que moravam em Aracaju. O mesmo acontecia em relação a Lula, cuja média de intenção de votos era superior a 40%. No entanto, Zé Eduardo não conseguia ultrapassar 20% das intenções de votos.

2 - O ELEITORADO SERGIPANO QUE FOI ÀS URNAS

Nas eleições de 2002, 1.147.933 sergipanos foram considerados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe – TRE/SE como aptos a votar, o que representa um aumento de 6,2 % em relação ao número de eleitores em 1998. Desse total, pouco mais de um quarto (27,1%) tinha seu domicílio eleitoral na capital, Aracaju, o que mostra a força eleitoral do interior e ajuda a explicar porque o conservadorismo ainda hoje é a marca do poder político em Sergipe, haja vista o baixo nível de escolarização e informação ali existente, entre outros indicadores sociais.

Os dados do TRE-SE sobre o perfil dos eleitores de Sergipe, mostram que não houve qualquer alteração em relação aos números de 1998. A maioria dos eleitores tem baixíssima escolarização (74,4% sequer concluíram o primeiro grau), é do sexo feminino, 51,6 % têm entre 16 e 34 anos, dos quais 31,8 % ainda não chegaram aos 25 anos. Aqueles com mais de 60 anos representam cerca de 11 % do eleitorado, em 2002. (Tabelas 1 e 2)

Tabela 1

Sergipe – Distribuição dos eleitores por sexo e faixa etária – 1998-2002

Faixa Etária	1998				2002		
	Masc.	Fem.	Sem informação	Total	Masc.	Fem.	Total
16 a 17 anos	15.571	14.411	-	29.982	18.190	17.737	35.927
18 a 24	118.368	113.485	3	231.856	127.018	126.902	253.920
25 a 34	148.349	150.299	436	299.084	147.253	154.602	302.011
35 a 44	101.052	106.560	384	208.996	109.360	119.544	229.157
45 a 59	87.217	95.128	273	18.218	94.587	106.295	201.090
60 a 69	30.089	36.237	107	66.433	29.993	36.510	66.556
mais de 69	31.368	31.723	78	63.169	27.579	31.621	59.272
Total do Estado	532.014	547.843	1.281	1.081.138	553.980	593.212	1.147.933

Fonte: TRE-SE - Estatística do Eleitorado 1998 (Batimento realizado em setembro/98) e 2002

Tabela 2

Sergipe - Distribuição do eleitorado, segundo o grau de instrução
1998-2002

Grau de Instrução	1998		2002	
	Número	%.	Número	%.
Analfabeto	157.671	114,6	138.933	12,1
Saber ler e escrever	345.935	32,0	301.797	26,3
1º Grau incompleto	345.848	32,0	413.466	36,0
1º Grau completo	50.799	4,7	56.160	4,9
2º Grau incompleto	81.649	7,6	112.822	9,8
1º Grau completo	67.487	6,2	86.763	7,6
Superior incompleto	13.162	1,2	16.173	1,4
Superior completo	17.944	1,7	21.238	1,9
Não informou	643	0,1	299	0,0
Total do Estado	1.081.138	100,0	1.147.933	100,0

Fonte: TRE-SE - Estatística do Eleitorado 1998
(Batimento realizado em setembro/98) e 2002

Nessas eleições, compareceram à votação no segundo turno 945.260 pessoas - um pouco abaixo do verificado no primeiro turno, onde 949.189 eleitores depositaram seu voto nas urnas, conforme mostra a Tabela 3.

Os votos válidos para governador, que em 1998 corresponderam a 77,5% dos votos apurados no segundo turno, em 2002 tiveram um ligeiro aumento, chegando a 82,9%, enquanto os votos nulos permaneceram estáveis, na casa dos 13%. Em contrapartida, o índice de abstenção apresentou uma sensível redução, caindo de 21,7% em 1998 para 17,6% quatro anos depois, o mesmo acontecendo com os votos em branco, que haviam sido da ordem de 9,4% em 1998 e, nas eleições de 2002, caíram para menos da metade (4,2%).

Na disputa por uma cadeira na Assembléia Legislativa, ocorreu o mesmo: os votos válidos, que em 1998 foram da ordem de 81,6% dos votos apurados, nas eleições de 2002 chegaram a 92,3 %. Por outro lado, também, os votos nulos e brancos tiveram uma queda expressiva, aqueles caindo de 10,4% para 3,2%, e estes, de 7,9 % para 4,5 %.

Os votos de legenda apresentaram um leve crescimento, passando de 11,1 % em 1998 para 13,1 % em 2002 (Tabela 4). Tanto em 1998 como em 2002, os dois partidos que receberam a maior quantidade de votos dos eleitores sem candidato a deputado estadual definido foram o PFL e o PSDB. O PT, que vinha em quarto lugar, em 1998, subiu para o terceiro, nas eleições de 2002; o PSB manteve-se na Quinta posição de preferência do eleitorado nas duas eleições; o PMDB, que foi terceiro em 1998, passou a ser o sexto, quatro anos depois, ocupando o lugar do PDT, que passou a ser o quarto, nas eleições de 2002.

Tabela 3

Sergipe - Número das eleições para governador, no segundo turno
1998/2002

Discriminação	Número do eleitorado		Índices (em %)	
	1998	2002	1998	2002
Eleitores Aptos	1.081.138	1.147.933	-	-
Comparecimento	846.933	945.260	78,3	82,3
Abstenção	234.205	202.673	21,7	17,6
Votos válidos	656.647	875.435	77,5	82,9
Votos em Branco	79.451	15.273	9,4	4,2
Votos Nulos	110.835	54.554	13,1	13,0

Fonte dos dados brutos: TRE-SE -
Resultados das Eleições de 1998 e 2002

Tabela 4
Sergipe : Quadro geral das eleições para deputado estadual 1998/2002

Discriminação	Resultado da votação			
	1998	%	2002	%
Votos válidos	690.936	81,6	876.293	92,3
Votos em branco	67.076	7,9	42.615	4,5
Votos nulos	88.212	10,4	30.284	3,2
Votos de Legenda (*)	76.827	11,1	114.988	13,1

Fonte dos dados brutos: TRE-SE -
Resultados das Eleições de 1998 e 2002
(*) Percentual sobre os votos válidos

3- A PERFORMANCE DOS PARTIDOS

Nas últimas eleições de 2002, 26 partidos participaram das eleições majoritárias e proporcionais, através de 290 candidatos, um número maior do que o total dos candidatos que disputaram as eleições de 1998.

Para governador, foram sete os postulantes ao cargo, contra 6 em 1998; 13 candidatos, de 11 partidos (o PAN e o PGT foram os únicos que indicaram 2 candidatos puro-sangue), concorreram às duas vagas no senado; à renovação das 8 cadeiras na Câmara Federal, concorreram 72 candidatos, e, às 24 vagas na Assembléia Legislativa, 198 candidatos, de 26 partidos.

Como tem acontecido ao longo do tempo, os partidos de direita apresentaram o maior número de candidatos, embora as esquerdas venham, a cada eleição, ampliando sua participação, seja na eleições municipais seja nas eleições de caráter nacional.

As mulheres ainda continuam a ter presença minoritária na disputa aos cargos eletivos, embora nas últimas eleições, principalmente para as câmaras municipais, não apenas venha crescendo o número de candidaturas como de conquista de cadeiras nas câmaras de vereadores de diversos municípios sergipanos, chegando, inclusive, a ser maioria em alguns deles (Lopes, 2001).

3.1 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E GOVERNO ESTADUAL

As eleições para presidente e para governador em Sergipe, tradicionalmente, seguiam um mesmo sentido, com os candidatos de direita, ou por ela apoiados, geralmente perdendo na capital, Aracaju, mas saindo vencedores quando era feita a totalização dos votos do estado. Os votos do interior faziam a diferença, já que ali ainda estão concentrados mais de dois terços do eleitorado sergipano, de perfil preponderantemente conservador.

Em 2002, no entanto, a situação mudou completamente. O candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT), que em 1998 havia obtido 221.565 votos no estado, contra 297.244 dados a Fernando Henrique (PSDB), teve mais do que dobrada a sua votação no pleito do ano passado, chegando, no segundo turno, a 490.989 votos, cerca de 35,3% maior do que o número de votos recebidos por José Serra (PSDB), candidato governista (Tabela 5).

Ressalte-se que a votação obtida por Lula, em 2002, foi praticamente a mesma de Fernando Henrique, nas eleições de 1998. A capital, mais uma vez, deu a Lula a maioria dos votos. O candidato do PT, que havia recebido 44,3% do total de votos válidos, no primeiro turno, aumentou sua participação para 57,5%, no segundo.

Para o governo do estado, no primeiro turno João Alves (PFL) venceu em 64 dos 75 municípios, Francisco Rollemberg (PTN) ganhou em oito e, José Eduardo em três (Aracaju, Estância e Boquim).

Como vem acontecendo há mais de 15 anos, a capital manteve-se como um bastião das esquerdas, onde o PT sempre vence com folga os seus adversários. Não causou surpresa, também, a vitória do partido em Estância, haja vista ser uma cidade onde historicamente tem dado mostras de independência, de não ser controlada por grupos políticos

locais, ao contrário do que ocorre com a quase totalidade dos municípios sergipanos.

Quanto a Boquim, o próprio candidato do PT atribui sua vitória ao deputado Joaldo Barbosa¹⁰, haja vista ser uma cidade onde o clã dos Fonseca domina a política local há várias décadas – um dos irmãos, é deputado federal há 6 mandatos consecutivos, o outro é prefeito do município e um terceiro, retorna à Assembléia Legislativa de Sergipe.

No segundo turno, concorrendo com o candidato do PT, João Alves, do PFL, ganhou as eleições por uma diferença de 87.495 votos (481.465 contra 393.970 votos do candidato Zé Eduardo). Venceu em 65 dos 75 municípios, tendo novamente perdido na capital, onde obteve 43,9% dos votos válidos, contra 56,1% dados ao candidato do PT.

Como já era previsto, os eleitores que votaram no candidato do governo no primeiro turno, migraram maciçamente para o candidato do PFL, apesar do apoio do ex-governador Albano Franco e de vários de seus aliados, ao candidato do PT, no segundo turno das eleições de 2002. Dos sete municípios onde o ex-senador Francisco Rollemberg havia sido o mais votado, apenas em três deles – Macambira, Moita Bonita e Barra dos Coqueiros -, todos eles municípios pouco representativos do ponto de vista eleitoral, Zé Eduardo teve a maioria dos votos.

Cidades com alta densidade eleitoral, a exemplo de Itabaiana, Lagarto e Tobias Barreto, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, votaram no candidato de direita

¹⁰ O deputado estadual Joaldo Barbosa (o “Nego da Farmácia”), do PL, reeleito em 2002 para o seu o quinto mandato, foi brutalmente assassinado com seis tiros, no dia 27 de janeiro de 2003, no interior de sua casa, em Aracaju, num crime típico de “pistolagem” ou de “mando”.

Tabela 5
Sergipe - Resultados da votação para Presidente da República
1998/2002

Candidato/Partido	Votos Válidos					
	Estado		Capital		Interior	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Presidente						
1998						
Fernando Henrique – PSDB	297.244	57,3	52.300	35,1	244.944	66,2
Luís Inácio Lula – PT	221.565	42,7	96.729	64,9	124.836	33,8
Total	518.809	100,0	149.029	100,0	369.780	100,0
Governador						
1998^(*)						
Albano Franco – PSDB	415.001	54,4	117.008	57,6	297.993	53,2
João Alves – PFL	347.978	45,6	85.925	52,4	262.053	46,8
Total	762.979	100,0	202.933	100,0	560.046	100,0
2002^(*)						
João Alves – PFL	481.465	55,0	109.060	43,9	372.405	59,4
José Eduardo Dutra – PT	393.970	45,0	139.532	56,1	254.438	40,6
Total	875.435	100,0	248.592	100,0	626.843	100,0
Fonte: TRE-SE - Estatísticas eleitorais - 1998 e 2002						
(*) Resultados do segundo turno						

3.2 - SENADO, CÂMARA FEDERAL E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Tomando-se o resultado das eleições sob o ponto de vista meramente quantitativo, tanto em 1998 como em 2002, o PSDB, o PFL e o PMDB obtiveram as maiores conquistas, seja para o executivo estadual, seja para o Congresso Nacional (Câmara e Senado) e para a Assembléia Legislativa, aliás, o que vem ocorrendo desde as eleições de 1982 (quando as eleições para governador voltaram a ser diretas).

No senado, o PSB manteve o senador José Carlos Valadares, reeleito, ficando a outra cadeira com o estreante Almeida Lima, do PDT, que se beneficiou em grande parte dos votos do PFL, com que fez coligação. Ex-deputado estadual e ex-prefeito de Aracaju, onde fez uma boa administração, Almeida Lima é um político visto por muitos como autoritário e arrogante.

Assim, a bancada de Sergipe no senado federal atualmente será representada por dois senadores integrantes de partidos de centro-esquerda – PSB e PDT – e uma senadora, Maria do Carmo, mulher do governador eleito, de direita – do PFL.

Para a Câmara Federal, tal como aconteceu em 1998, sete partidos conquistaram as oito vagas em disputas. Como novidade, a presença do PFL, com duas cadeiras (em 1998 não ocupava nenhuma) e o PL. Os outros partidos com assento na Câmara – PSDB, PMN, PT e o PMDB – mantiveram, cada um, a cadeira que já ocupavam em 1998, enquanto o PPS perdeu o deputado que tinha, e o PPB, conseguiu reeleger apenas um de seus dois deputados. Vale ressaltar, que o deputado eleito pelo PT foi justamente aquele que a cúpula do partido em Sergipe não apenas não queria, como tudo fez para desestabilizar a sua candidatura, conforme já mencionado neste artigo.

A representação sergipana na Câmara Federal, independentemente dos partidos que ali passam a ter assento em fevereiro de 2003, é de corte majoritariamente conservador. O índice de renovação nas eleições de 2002 ficou muito acima da média das quatro últimas eleições: chegou a 75,%, contra os 68,8% calculados por Dantas(2002).

Os resultados para a Assembléia Legislativa mostram que 11 partidos continuam com assento naquela casa, o mesmo número das eleições de 1998. Os partidos com as maiores bancas são o PDT, o PFL, o PMDB, o PPS e o PMN, cada um deles com três representantes. O PT, elegeu apenas uma deputada (Tabela 6).

Estima-se que, dos 24 deputados estaduais, o governo já conta com o apoio de pelo menos 18 deles, bancada esta formada pelos deputados do PFL e dos demais partidos com quem fez coligação, mas também por outros arrivistas que, adversários do atual governador nas eleições de 2002, logo após a apuração das urnas, declararam seu apoio a ele, como o deputado Zé Milto de Zé de Dona, eleito pelo PMN.

Dos deputados eleitos, seis disputavam um mandato pela primeira vez, dois eram vereadores da cidade de Aracaju, e quatro já haviam exercido mandato de deputado estadual. A Assembléia Legislativa, cuja história tem sido de incondicional apoio ao governador, com raras vezes se opondo aos interesses do executivo, continuará, mais quatro anos, aprovando todas as matérias encaminhadas pelo governo, dada a configuração que terá a partir de fevereiro de 2003.

Ao contrário do que se observou nas eleições para a Câmara Federal, o índice de renovação na Assembléia Legislativa, em 2002, ficou abaixo média verificada nas eleições que ocorreram no período 1986/1998: 50% dos 24 deputados foram reeleitos, contra 61,7% encontrados por Dantas (2002).

Um outro aspecto a ser destacado, diz respeito à participação das mulheres na política. Nas eleições de 2002, 6 mulheres passaram a ter assento no Legislativo Estadual, correspondendo a um aumento de 50% em relação a 1998, quando eram 4 deputadas. A “bancada do batom” terá uma deputada do PT, duas do PPS e as outras do PFL, PSC e PSDB, o que significa ocupar um quarto dos assentos naquela casa, portanto, uma participação significativa, pelo menos em termos numéricos. Mesmo assim, ainda bastante aquém da sua representatividade efetiva, pois as mulheres constituem mais da metade do eleitorado sergipano.

Note-se, ainda, na Tabela 6, a chamada migração partidária¹¹, onde vários candidatos eleitos em 1998 por um partido, já não mais o integravam, em agosto de 2001. Os casos do PSDB e do PFL estão entre os mais interessantes. O primeiro, chegou a ter seis deputados em agosto de 2001; as eleições de 2002 reduziram sua participação para dois. Mesmo levando-se em conta que um dos integrantes da bancada concorreu – e foi eleito – para a Câmara Federal, não deixa de ser uma redução significativa para um partido que foi governo durante os últimos oito anos, eleger apenas um terço da bancada que tinha.

Os resultados mostraram, também, um aumento da bancada evangélica, com a eleição de dois deputados federais e dois representantes na Assembléia Legislativa, com destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus, que conseguiu guindar à Câmara Federal sua maior liderança no estado (que já exercia o mandato de deputado estadual desde 1998), e manter a cadeira que já ocupava na Assembléia Legislativa, desde as eleições passadas.

Por outro lado, a Igreja Católica, que já havia se engajado de maneira efetiva nas eleições municipais de 2000, contribuindo fortemente para a eleição de dois vereadores, um do PT e outro do PDT, em 2002 continuou a participar ativamente da campanha eleitoral, apoiando, de for-

¹¹ Sobre migrações partidárias, ver Ranulfo, Carlos. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. Trabalho apresentado no XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis, 23 a 27 de outubro de 2000.

ma explícita, quatro candidatos do PT, dois postulantes à Assembléia Legislativa (um deles eleito vereador em 2000) e dois concorrentes à Câmara Federal, tendo um deles sido eleito, principalmente através do CONAL – Conselho Nacional de Leigos, com o apoio ostensivo de integrantes do setor progressista da igreja católica e dos diferentes movimentos vinculados à Igreja, a exemplo da Pastoral Carcerária.

Tabela 6

Sergipe - Número de parlamentares eleitos, segundo o partido 1998/2002

Partido	Parlamentares						
	Senador		Deputado Federal		Deputado Estadual		
	1998	2002	1998	2002	1998	Ago/2001	2002
PDT	-	1	-	-	1	2	3
PFL	1	1	-	2	3	6	3
PL	-	-	-	1	-	2	2
PMDB	-	-	1	1	5	2	3
PPB	-	-	2	1	2	-	1
PPS	-	-	1	-	1	1	1
PSB	1	1	1	-	2	1	1
PSDB	-	-	1	1	4	6	2
PT	1	-	1	1	1	-	1
PMN	-	-	1	1	2	1	3
PSC	-	-	-	-	1	1	2
PTB	-	-	-	-	2	-	-
PV	-	-	-	-	-	1	-
PT do B	-	-	-	-	-	1	-
Total	3	3	8	8	24	24	24

Fontes dos dados brutos: TRE-SE, 1998 e 2002

4 – CONCLUSÃO

Os resultados das eleições de 2002 mostraram claramente que, à exceção da eleição para Presidente da República, o eleitorado sergipano optou pelo continuísmo, elegendo, pela terceira vez, para o governo do estado, um candidato da “direita populista”, mas de qualquer modo, de direita.

A suposta “reciclagem” do governador eleito João Alves, alardeada por ele e por seus seguidores durante toda a campanha, revelou-se um engodo logo após os resultados das urnas. Não apenas o seu secretariado trouxe de volta os políticos e burocratas que sempre o acompanharam – muitos deles nos dois períodos em que governou o estado –, como uma de suas primeiras medidas foi, ainda antes de tomar posse, conseguir que a Assembléia Legislativa aprovasse um aumento de 2% no ICMS, supostamente para criar um fundo de combate à pobreza.

Para o Congresso Nacional – Câmara e Senado -, manteve-se o perfil conservador dos eleitos, apesar de os dois senadores eleitos em 2002 pertencerem a partidos de centro-esquerda – um do PSB (reeleito), e o outro, do PDT.

O mesmo pode ser dito sobre a Assembléia Legislativa, cuja composição pouco mudou em relação à de 1998, sendo a maioria dos seus membros governista, conservadora e fisiológica.

A despeito disso, é preciso não perder de vista o processo, detendo-se apenas nos resultados das urnas. E a campanha do ano passado mostrou um avanço gradativo das esquerdas e, principalmente, do PT, cujo exemplo é dado pela excelente performance do seu candidato a governador. Não somente venceu o candidato da situação, indo para o segundo turno, e disputando com grande chance de vitória contra o candidato do PFL, líder de uma das forças políticas que ao longo dos últimos 20 anos vem controlando o poder local.

Em suma, ao contrário, pois, do que aconteceu com o Brasil, em Sergipe a esperança foi vencida pelo medo – ainda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CINFORM, Aracaju, 06 a 12 de janeiro de 2003.

_____, Aracaju, 6 a 12 de junho de 2002.

_____, Aracaju, 25 de outubro de 2002 (Caderno especial O Voto)

_____, Aracaju, 26 de janeiro de 2003.

_____, Aracaju, 4 de outubro de 2002 (Caderno especial O Voto)

_____, Aracaju, julho de 202.

_____, Aracaju, agosto de 2002

_____, Aracaju, 4 a 10 de novembro de 2002.

_____, Aracaju, 15 a 21 de julho de 2002.

CORREIO DE SERGIPE, 17 de julho de 2002. Aracaju/SE

DANTAS, Ibarê C. *Eleições em Sergipe – 1985-2000*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2002.

INSTITUTO ANTÔNIO HOAISS. dicionário houaiss da língua portuguesa. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001

INESC. *Parlamento – Previsão eleitoral 2003/2006, 1ª Edição*. Brasília, agosto de 2002.

_____. *Parlamento – Previsão eleitoral 2003/2006, 2ª Edição*. Brasília, setembro de 2002.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo *As Eleições 2000 em Sergipe: o que dizem os números*. Candeeiro. Revista de Política e Cultura da Seção Sindical dos Docentes da UFS. Ano 4, volume 6, Aracaju, março de 2001.

NICOLAU, Jairo. *Eleições 2000: Números e Interpretações*. Conjuntura Política - Junho 2000. [Http://cevep.ufmg.br/bacp/novembro024/jairo024.htm](http://cevep.ufmg.br/bacp/novembro024/jairo024.htm)

RANULFO, Carlos. *Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados*. Trabalho apresentado no XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis, 23 a 27 de outubro de 2000.

SINGER, André (2000). *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. Edusp, São Paulo.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE – TRE. *Resultado das eleições 1998 e 2002*.